

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Brasil - Agência Senado

Parlasul presta homenagem a Tuma e Kirchner

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou, nesta segunda-feira (29), moções de pesar pelo falecimento do senador Romeu Tuma e do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, no final de outubro. Representantes dos quatro países do bloco - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - ressaltaram as contribuições de ambos à democracia e à integração regional.

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP), suplente de Tuma também no Parlasul, afirmou que a sua missão em Montevideú, sede do órgão legislativo regional, era a de completar o mandato de Tuma, a quem chamou de "nosso xerife, homem da lei e da justiça, que teve uma vida pública impecável".

Presente à sessão, o ex-deputado Robson Tuma, filho do senador, fez um pronunciamento emocionado na tribuna do Parlasul. Disse que seu pai sempre buscou fazer amigos, mesmo em situações difíceis como o período em que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve preso na Polícia Federal, durante o regime militar.

- Quando os filhos de Lula queriam visitá-lo, ele dizia que a visita não era à polícia, mas à pensão do tio Tuma - relatou Robson, que chorou ao lembrar os "dois vícios" que seu pai teve na vida: tomar sorvete de creme e comer cachorro quente.

O senador Magno Malta (PR-ES) esteve em Montevideú exclusivamente para prestar sua homenagem a Tuma. Ele lembrou a participação do senador nas atividades da CPI da Pedofilia, que preside. Lamentou, ainda, que Tuma não tenha vivido tempo suficiente para ver a operação policial de ocupação do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, antes submetido ao controle de traficantes de drogas.

- Ele era um homem absolutamente corajoso, destemido e emocional - recordou.

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Também presente à sessão, o representante permanente do Brasil junto ao Mercosul, embaixador Régis Arslanian, afirmou que Tuma foi uma "presença de primeira linha na política brasileira e, mais recentemente, no Parlasul".

Néstor Kirchner

Falando em nome da representação brasileira, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) ressaltou a importância da contribuição do ex-presidente Kirchner para a integração regional e para tornar o Mercosul um instrumento estratégico para a inserção dos países do bloco no cenário econômico internacional.

- Quem perde não é só a Argentina, mas todos nós, integracionistas - afirmou.

Brasil - Agência Senado

Parlasul prepara acordo sobre proporcionalidade de bancadas

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) poderá alcançar um amplo entendimento sobre a progressiva implantação do critério de representação cidadã - que estabelece bancadas maiores para os países de maior população - durante a próxima sessão a ser realizada em Montevideu, no dia 13 de dezembro. Argentina e Brasil, segundo o acordo em discussão, terão bancadas maiores a partir de 2011 e também terão de colaborar com parcelas maiores do orçamento do parlamento, que deverá chegar a US\$ 1,5 milhão no próximo ano.

Estamos chegando a um grande entendimento, que permitirá ao Parlamento do Mercosul ingressar em uma nova fase - disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente pro tempore do órgão legislativo regional, ao final da sessão realizada nesta segunda-feira (29), na capital do Uruguai.

Um dos pontos do entendimento, segundo o senador, é o adiamento da proposta de se estabelecer uma data comum a todos os países do bloco para a realização de eleições simultâneas para o Parlasul. Cada integrante do bloco obedecerá a seu

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

próprio calendário eleitoral, para que a escolha de seus representantes no parlamento regional coincida com as eleições já previstas em seus países.

Ou seja, deixa-se de lado a meta de se elegerem em 2014, ao mesmo tempo, em todos os países, os futuros parlamentares. E, no caso brasileiro, as eleições devem ocorrer em 2012, juntamente com as eleições municipais. Isso, desde que a regulamentação dessas eleições seja aprovada pelo Congresso Nacional até o início de outubro de 2011, um ano antes das eleições previstas.

Também serão aceitas as distintas durações dos mandatos em cada um dos países do Mercosul. O Brasil, por exemplo, tem mandatos de quatro anos. Mas Uruguai e Paraguai contam com mandatos de cinco anos, que serão respeitados. Esta era uma das reivindicações da bancada paraguaia, assim como a aprovação, pelo Parlasul, de uma proposta de recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do bloco, de estabelecimento de uma Corte de Justiça do Mercosul. A proposta recebeu nesta segunda-feira parecer favorável da Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Parlasul e ainda será examinada pelo Plenário.

- O acordo já está no forno - adiantou o presidente da Representação Paraguaia no Parlasul, Alfonso González Núñez.

entendimento em andamento estabelece ainda contribuições diferenciadas de cada país ao orçamento do Parlasul. As contribuições seriam proporcionais ao Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Esta seria, segundo Mercadante, uma maneira de contribuir para a "redução de assimetrias" no bloco. O Brasil, país com maior economia do bloco, será, portanto, responsável pela maior contribuição. Mercadante recorda, porém, que o orçamento do Parlasul ainda pode ser considerado bastante reduzido.

Caso se confirme, o entendimento terá como base uma proposta feita pela Representação da Argentina. Como explicou durante a sessão o parlamentar Mariano West, o Congresso Nacional argentino precisa aprovar no início de 2011 as regras para a realização de eleições de outubro, quando serão escolhidos os

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

futuros representantes de seu país. Por isso, ele sugeriu três etapas para a adoção da ampliação de bancadas de seu país e do Brasil.

Em 2011, ainda por indicação dos respectivos Poderes Legislativos, Argentina teria 26 representantes e Brasil, 37. Em 2012, após as eleições, a Argentina passaria a ter 43 parlamentares eleitos diretamente, e o Brasil os mesmos 43, só que por indicação do Congresso Nacional, entre os integrantes da Câmara e do Senado. Finalmente em 2012, após as eleições brasileiras, o Brasil passaria a ser representado por 75 parlamentares.

Até o momento, o Uruguai ainda não estabeleceu data para a escolha de seus representantes no Parlasul. Para que ela seja feita em 2014, quando haverá eleições gerais naquele país, será necessária uma mudança constitucional. E o governo do presidente José Pepe Mujica ainda não conta com maioria suficiente para isto no Legislativo uruguaio.

Brasil - Agência Senado

Parlasul abre caminho à realização de concurso público

Todos os contratos de funcionários do Parlamento do Mercosul (Parlasul) serão encerrados no dia 31 de dezembro deste ano, segundo decisão tomada nesta segunda-feira (29) pela Mesa Diretora do órgão legislativo regional. Novos contratos serão firmados para os 12 meses seguintes, durante os quais deverá ser preparado um concurso público para a escolha dos funcionários definitivos do parlamento.

Segundo a decisão da Mesa, a Comissão de Assuntos Internos do Parlasul se encarregará de analisar, durante o primeiro semestre do próximo ano, proposta de estabelecimento de um estatuto dos funcionários do órgão, com regras para a carreira e um organograma de funcionamento. Poderá haver dois núcleos de funcionários: os de carreira, escolhidos por meio de concurso, e os de livre provimento, indicados por nomeações políticas para cargos de confiança.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

A única proposta de realização do concurso público apresentada até o momento ao Parlasul é de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já exerceu a presidência do parlamento. E a iniciativa de se propor à Mesa a obrigatoriedade do concurso também partiu da representação brasileira.

Para que o concurso se realize no próximo ano, porém, será necessário que o Parlasul aprove o estatuto dos funcionários ainda durante o primeiro semestre, para que haja tempo suficiente à elaboração do concurso. Caso se confirme a realização do concurso em 2011, os funcionários escolhidos tomariam posse no início de 2012.

Brasil - Agência Senado

Cúpula poderá aprovar Estatuto da Cidadania do Mercosul, prevê embaixador

O Estatuto da Cidadania do Mercosul, acompanhado de metas para os próximos 10 anos, poderá ser aprovado durante a próxima reunião da cúpula do bloco, a ser realizada no dia 17 de dezembro, em Foz do Iguaçu (PR). A previsão foi feita na manhã desta segunda-feira (29), em Montevideu, pelo embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil junto ao órgão regional de integração, durante reunião com os integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Durante a última cúpula, houve importantes avanços na área comercial, como o acordo para o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum. Desta vez, o foco será o cidadão do Mercosul - informou Arslanian, lembrando que antes da cúpula será realizada também a décima edição da Cúpula Social do Mercosul.

Uma das principais inovações do estatuto, segundo o embaixador, será a adoção de um cadastro unificado de todas as carteiras de identidade dos países que integram o bloco - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Por meio da medida, explicou, será mais fácil a circulação por todo o Mercosul dos cidadãos dos quatro países.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Outra medida a ser anunciada é a unificação das matrículas veiculares, ou seja, dos cadastros das placas dos veículos que circulam no bloco. A unificação começaria pelas placas de caminhões e ônibus, que muitas vezes cruzam as fronteiras, atualmente, com as placas de dois ou três países ao mesmo tempo. Está prevista, inclusive, a inauguração simbólica do novo sistema em uma pequena viagem de ônibus em Foz do Iguaçu, com os presidentes dos países do bloco a bordo.

De acordo com Arslanian, deverá ainda haver medidas de estímulo à ampliação do reconhecimento de títulos de graduação e de pós-graduação emitidos por países do bloco. A importância dessa medida foi ressaltada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que pediu ainda esclarecimentos sobre a competição ou a complementaridade do Mercosul com outro órgão regional, a União de Nações Sulamericanas (Unasul), cuja proposta de criação agora tramita na Câmara de Deputados. O presidente pro tempore do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu a realização de um debate sobre o tema na Representação Brasileira do parlamento regional.

Alto representante

Arslanian voltou a comentar com os parlamentares brasileiros a possibilidade de criação, na próxima cúpula, do cargo de alto representante do Mercosul - uma "cara visível" do bloco em debates e negociações internacionais. O cargo deverá ser ocupado por meio de um critério de rotatividade entre os países do bloco, para mandatos de dois a três anos. Seriam também estabelecidos três cargos de representantes especiais, nas áreas de cooperação e desenvolvimento, saúde e cultura. Ainda há a possibilidade de criação do cargo de representante na área de meio ambiente, mas isso pode depender do ingresso da Venezuela no bloco.

A primeira iniciativa com objetivo semelhante foi a criação do cargo de presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, que veio a ser ocupado pelo argentino Chacho Álvarez. Atualmente, o próprio embaixador responde pela presidência da comissão, segundo o critério de rodízio. Porém, como observou, Arslanian preside a comissão como representante do governo brasileiro. E seria necessário haver um representante de todo o bloco.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

- Falta alguém que trabalhe pelo Mercosul como um todo e defenda os interesses do bloco em debates e negociações internacionais - afirmou.

Brasil - Agência Senado

Brasil poderá eleger 75 integrantes do Parlasul já em 2012

Brasil poderá eleger diretamente, em 2012, 75 integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul) - e não 37, como se planejava até o momento. Para se confirmar, a ampliação do número de parlamentares a serem eleitos depende apenas da aprovação, pelo Poder Legislativo do Paraguai, do ingresso da Venezuela no Mercosul, segundo informou nesta segunda-feira (29) o presidente pro tempore do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Ao abrir a reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em Montevideu, o senador relatou aos demais parlamentares da bancada os resultados da reunião da Mesa Diretora do parlamento, ocorrida na noite de domingo. Uma das principais decisões foi o envio de integrantes da Mesa a Assunção, até a próxima sexta-feira, para negociar com integrantes do Legislativo paraguaio a rápida aprovação do ingresso no bloco da Venezuela, já ratificado pelos parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai.

- Se a Venezuela entrar no Mercosul, o que é provável que aconteça, já elegeremos os nossos 75 parlamentares em 2012 - previu Mercadante, lembrando que o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, reenviou o protocolo de ingresso da Venezuela ao Congresso de seu país, de onde o havia retirado quando julgava ser difícil a aprovação da matéria.

Durante a reunião da Mesa, prosseguiu Mercadante, a representação argentina informou que existiam dificuldades para a aprovação, no Congresso daquele país, da eleição em 2011 de apenas 26 parlamentares, como se previa para a primeira etapa de transição em direção à adoção do critério de representação cidadã - por meio do qual os países de maiores populações terão bancadas maiores no Parlasul. Por isso, os parlamentares argentinos sugeriram que a bancada do país aumentasse

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

em 2011 de forma indireta para 26 integrantes e que, após as eleições, já saltasse para os 43 definitivos.

Pela mesma proposta argentina, o Brasil iniciaria 2011 com 37 parlamentares, ainda indicados de forma indireta, ou seja, por meio da indicação das Mesas da Câmara e do Senado. A bancada brasileira aumentaria no começo de 2012 para os mesmos 43 da Argentina. E, após as eleições de 2012, o Brasil passaria a ter 75 parlamentares em Montevideú. Os números finais do processo de transição deverão ser definidos até 13 de dezembro, quando ocorrerá a última sessão do ano do Parlasul. No entanto, para que essa eleição aconteça no Brasil, é preciso aprovar uma lei até setembro de 2011.

A pedido da representação paraguaia, deverá ser aberto em março de 2011, como informou ainda o senador, o debate sobre a futura criação de um Tribunal do Mercosul, destinado a solucionar pendências no processo de integração. Esta é a principal reivindicação do Paraguai para que se conclua o processo de implantação do critério de representação cidadã.

Brasil - Agência Senado

Parlasul participará de Cúpula Social do Mercosul

Ao mesmo tempo em que se prepara para concluir um entendimento definitivo sobre o número de integrantes da bancada de cada país do bloco, o Parlamento do Mercosul procura aproximar-se dos movimentos sociais da região. Ao concluir a sessão realizada em Montevideú na segunda-feira (29), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente pro tempore do parlamento, pediu aos colegas que compareçam à 10ª Cúpula Social do Mercosul, a ser aberta em 14 de dezembro, em Foz do Iguaçu (PR).

- É importante termos uma forte presença do Parlamento do Mercosul nos debates que acontecerão na Cúpula Social, inclusive sobre a relação do parlamento com o processo de integração - disse Mercadante.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

O senador antecipou de 15h para as 10h de 13 de dezembro o início da última sessão plenária do Parlasul, em Montevideu, como forma de facilitar o deslocamento dos parlamentares que desejarem ir a Foz do Iguaçu, onde também ocorrerá a última Cúpula do Mercosul com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse encontro, ocorrerá a conclusão da presidência pro tempore brasileira do bloco, que no primeiro semestre de 2011 será comandado pelo Paraguai.

A Cúpula Social será aberta na noite de 14 de dezembro. Nos dois dias seguintes, haverá debates sobre temas como "O Mercosul nos próximos 20 anos", "Universidade e Integração e Parlamento" e "Integração" - este com a presença dos parlamentares da Mesa Diretora do Parlasul, dos chefes das representações nacionais no parlamento e de representantes do Parlamento Juvenil do bloco, que recentemente discutiu o futuro do ensino médio na região.

No dia 16, os integrantes da Mesa Diretora participam também de reunião do Conselho do Mercado Comum, principal órgão decisório do Mercosul, formado por ministros de Economia e Relações Exteriores. No dia seguinte, ocorrerá a cúpula dos presidentes dos países do bloco, que deverão discutir a adoção do Estatuto da Cidadania do Mercosul, que contará com medidas como a unificação dos registros de carteiras de identidade e de matrículas veiculares dos quatro países envolvidos - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Brasil – Correio Braziliense

PARLASUL

A Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul decidiu ontem encerrar todos os contratos dos atuais funcionários em 31 de dezembro. No próximo ano, novas contratações provisórias serão realizadas. Mas os parlamentares estudam a ideia de realizar um concurso público no próximo ano para contratar servidores definitivos a partir de 2012.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Brasil – O Estado de São Paulo

Lições da crise europeia

A crise dos governos endividados da União Europeia continuou assombrando os mercados financeiros e pressionando as bolsas de valores, na segunda-feira, apesar da confirmação, no dia anterior, de um pacote de ajuda de 85 bilhões (US\$ 113 bilhões) à Irlanda. O pacote havia sido anunciado uma semana antes e os detalhes foram concluídos no fim de semana por autoridades da União Europeia e do FMI. O comunicado oficial foi divulgado no domingo, numa tentativa de afastar temores em relação à dívida pública de outros países. Mas, por enquanto, a notícia produziu pouco ou nenhum efeito.

As especulações em torno dos problemas orçamentários de Portugal e da Espanha continuaram. Na semana passada, foi preciso oferecer juros mais altos aos compradores de títulos gregos, portugueses, espanhóis e italianos, enquanto o euro continuava pressionado.

Até agora só foi preciso socorrer, de fato, duas pequenas economias. Mas a crise fiscal das duas - Grécia e Irlanda - transbordou para muito além de suas fronteiras, afetou o euro e criou um desafio para a união monetária. Os credores dos dois governos são também financiadores de outros Tesouros com alto endividamento e o risco de problemas em cadeia alarmou os mercados.

Os contribuintes europeus, especialmente das maiores economias, continuam bancando a maior parte do socorro. Mais de metade da ajuda - 45 bilhões - será fornecida por meio de empréstimos bilaterais à Irlanda e de fundos de resgate criados depois do estouro da crise grega, no primeiro semestre. O FMI emprestará 22,5 bilhões. Outros 17,5 bilhões já haviam sido captados pelo governo irlandês.

Com o pacote foi anunciada uma inovação na ajuda a governos em dificuldades: parte do custo será empurrada para o setor privado. A ideia é impor aos compradores de papéis públicos, a partir de 2013, uma cláusula de participação: terão de aceitar, em certos casos, a renegociação da dívida. Essa inovação tem um

10

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

evidente sentido político. É, principalmente, um recado ao contribuinte: em crises futuras o custo do socorro será repartido e o pagador de impostos terá de suportar um peso menor. Mas a ideia ainda é um tanto vaga e já foi apresentada com uma ressalva: a contribuição do investidor privado será decidida caso a caso.

O prolongamento da crise iniciada com a Grécia comprova as dificuldades de integração de economias muito desiguais. Essas dificuldades se tornaram mais evidentes com a criação do euro. Participam da união monetária apenas 16 dos 27 países-membros da União Europeia, mas esse grupo restrito é caracterizado por grandes diferenças em termos de desenvolvimento econômico e de produtividade.

A criação de um banco central comum e a adoção de metas fiscais podem ter dado a impressão de disciplina e de convergência, por algum tempo, mas o estouro da bolha de crédito e os desafios criados pela recessão a partir de 2008 liquidaram essa ilusão.

Reformas concretas - nos mercados de trabalho e de capitais, entre outras - são indispensáveis para uma convergência e facilitarão a consolidação do euro, como Jim O'Neill, presidente da Goldman Sachs Asset Management e criador do termo Bric, observou em artigo no Estado de domingo.

As dificuldades da União Europeia, e particularmente as da zona do euro, são lições importantes para a América Latina. A ideia da unificação monetária entrou na pauta de governos da região há vários anos e é retomada com frequência. Mas é um despropósito pensar em moeda comum antes de uma redução substancial das chamadas assimetrias econômicas.

O caminho mais prudente para os sul-americanos continua sendo o da integração por meio de um comércio cada vez mais aberto. O governo brasileiro considera insuficiente esse processo, mas está errado. O comércio pode proporcionar uma base segura para uma cooperação bem planejada, especialmente se o objetivo mais ambicioso for a inserção da região na economia global. O resto é fantasia, como têm mostrado os percalços do Mercosul.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Paraguay – ABC Color

Analizaron ayer en el Uruguay el número de diputados en Parlasur

El Parlamento del Mercosur discutió ayer en Montevideo, según un despacho de la agencia ANSA, fechado en Uruguay, los criterios de proporcionalidad atenuada a los efectos de determinar la cantidad de legisladores que representarán a cada país.

Los cancilleres del Mercosur habían alcanzado el 18 de octubre en Montevideo un acuerdo político para la representación proporcional en el Parlamento del bloque, que será electo en forma directa por los ciudadanos de cada país.

Por otra parte, el Parlasur rindió homenaje al ex presidente argentino Néstor Kirchner, fallecido el mes pasado.

El diputado brasileño Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), en nombre de la delegación de su país, declaró su “pesar por la pérdida irreparable” de Kirchner.

Asimismo, se aprobó un informe de la misión de observación electoral en los comicios brasileños de octubre hecho por el Observatorio de la Democracia del Parlasur.

El Parlasur está integrado por legisladores de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Proyectos de adhesión

La Vicepresidencia de la República del Paraguay hará un acto de presentación de los proyectos en adhesión a los festejos conmemorativos del Bicentenario de la Independencia de la Nación. El acto se llevará a cabo el jueves 2 de diciembre en O’Leary casi Presidente Franco. La presentación estará a cargo de Federico Franco.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

Paraguay – ABC Color

Adhesión de Chávez a Mercosur y reparto de cargos tendrían un “premio” en dólares

El gobierno del presidente venezolano Hugo Chávez habría prometido 6 millones de dólares por aprobar el ingreso de Venezuela al Mercosur. Los liberales y oviedistas ya habrían acordado el respaldo y el reparto de dinero.

Cada vez son más insistentes las versiones de que el ingreso de Venezuela al Mercado Común del Sur (Mercosur) está arreglado con votos del PLRA y de Unace.

Al menos dos fuentes que pidieron no ser identificadas confirmaron a nuestro diario que el acuerdo político prácticamente está cerrado.

Conforme a esos datos, el martes pasado los senadores liberales Blas Llano y Julio César “Yoyito” Franco se habrían reunido con Lino Oviedo, líder de Unace, con la intermediación del senador oviedista Jorge Oviedo Matto. En ese encuentro se habría cerrado el acuerdo y se habría confirmado que el Gobierno de Venezuela ponía a disposición US\$ 6 millones. Se habría acordado que la bolsa se repartiría entre el PLRA, que recibiría US\$ 4 millones, y Unace se quedaría con US\$ 2 millones.

Incluso, ese dinero ya habría sido retirado y depositado en un Banco en la Argentina. Oficialmente, todos niegan dicha reunión.

Además de eso, se habría acordado también el reparto de cargos en la Corte Suprema de Justicia. Un lugar sería para Unace y otro para el PLRA.

Para hacer posible esta distribución, la mayoría conformada por oviedistas y liberales en el Senado devolvería las dos ternas para miembros de Corte que están en la Cámara Alta, de manera que se remitan dos nuevas ternas donde figuren un liberal y un oviedista.

13
La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

También se habría acordado que en la Fiscalía sea nombrado un liberal y que en la Justicia Electoral y la Contraloría sean designados ovidistas.

Sin embargo, no todo está cerrado, atendiendo a que el acuerdo no fue comunicado todavía al comando político de Unace, que se reúne mañana. Los liberales se reunirán también mañana para buscar validar este acuerdo.

Colorados y patriaqueridistas, enterados de las negociaciones, empezaron a buscar acuerdos para hacer frente a la serie de movidas.

Paraguay – ABC Color

El presidente opera con los liberales para que voten a favor de Venezuela

MIRTA DE FRANCO IRÁ COMO EMBAJADORA AL URUGUAY Y TITO SAGUIER, A BRASIL

El presidente Fernando Lugo pidió ayer a los liberales votar por el ingreso de Venezuela en el Mercosur en el Senado. El Comité Político y el Directorio del Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) sentarán mañana una postura institucional sobre la adhesión venezolana al bloque. La ex senadora liberal Mirta de Franco irá como embajadora en Uruguay y Tito Saguier, al Brasil.

Lugo mantuvo ayer su habitual almuerzo con la cúpula liberal y los ministros del PLRA en Mburuvicha Róga, donde conversaron sobre el Protocolo de Adhesión de Venezuela al Mercosur, que ya se encuentra en la Cámara de Senadores.

Al concluir la reunión, el diputado liberal Víctor Ríos informó que el presidente Lugo abogó por el ingreso de Venezuela. Pero el PLRA adoptará una postura institucional recién mañana durante sendas reuniones que mantendrán el Comité Político y el Directorio.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

El Ejecutivo reenvió la semana pasada a la Cámara de Senadores el Protocolo de Adhesión de Venezuela al Mercosur y, al parecer, ahora "hay un buen ambiente" para que se apruebe la inclusión venezolana al bloque.

Los votos

Aparte de los tres votos fijos que tiene a su favor el Ejecutivo en el Senado (País Solidario, Tekojoja y Partido Democrático Progresista), se sumarían los nueve ovidistas y quizás la mayoría de los 14 liberales. Para que se apruebe el ingreso, se requiere una mayoría simple en la Cámara Alta, es decir 23 votos de un total de 45 miembros.

Para que Venezuela sea socio pleno del Mercosur, solo se requiere que el Parlamento paraguayo le otorgue el visto bueno porque ya consiguió las aprobaciones de los congresos de Argentina, Brasil y Uruguay.

El Ejecutivo paraguayo desea que Venezuela ya participe como socio pleno para la Cumbre del Mercosur, que se realizará el 17 de diciembre en Foz de Yguazú (Brasil). En ese encuentro nuestro país asumirá la presidencia pro témpore hasta mediados de junio de 2011.

Unasur, ¿el próximo?

Si se aprueba el ingreso de Venezuela al Mercosur, se gestionará inmediatamente para que Paraguay forme parte de la Unión Suramericanas de Naciones (Unasur), señalaron ayer fuentes oficiales.

Pero el ingreso de nuestro país al Unasur está en segundo plano en comparación con la adhesión de Venezuela al bloque subregional sudamericano.

Paraguay se comprometió a asumir la presidencia pro témpore de Unasur para agosto de 2011. Recordemos que la Cámara de Senadores aún no aprobó el ingreso paraguayo a Unasur y tampoco este bloque de países logró tener su sello internacional oficial, teniendo en cuenta que necesita de la aprobación de nueve países y hasta el momento ratificaron ocho naciones.

Mirta y Tito, embajadores

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet. / A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

15

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

La ex senadora liberal y esposa del legislador Julio César Franco, Mirta Vergara, surge ahora como candidata del Poder Ejecutivo para ser embajadora en Uruguay. Reemplazará al candidato oficialista, el ex canciller Alejandro Hamed Franco.

El senador liberal Miguel "Tito" Saguier sería también candidato del Ejecutivo para desempeñarse como embajador en Brasil. El presidente Fernando Lugo postuló desde un principio al vicescanciller Jorge Lara Castro, pero como su nombre no agrada a los senadores, entonces el Ejecutivo decidió modificar. El liberal Luis Guggiari reasumió su cargo de embajador en Perú, confirmó ayer el canciller Héctor Lacognata.

Paraguay – La Nación

Presidente pidió al PLRA apoyar ingreso de Venezuela al Mercosur

El Directorio azul sentará una postura institucional sobre el tema el próximo miércoles, informó el diputado Víctor Ríos.

El presidente Fernando Lugo solicitó a la cúpula liberal que apoye el ingreso de Venezuela al Mercosur, cuyo pedido fue remitido la semana pasada a la Cámara de Senadores. El planteamiento fue hecho ayer en el marco del habitual almuerzo de los lunes compartido con miembros del directorio, ministros y legisladores del PLRA, en Mburuvicha Róga.

Sobre el punto, el directorio del PLRA sentará una postura institucional el próximo miércoles donde analizará el tema del ingreso de Venezuela al Mercosur, según comentó el diputado Víctor Ríos.

“Yo estoy confiado de que se tendrán los votos para la aprobación del ingreso de Venezuela. Se cree que una vez que se apruebe esto, el tema Unasur ya viene solo, por inercia ya”, refirió.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

En este encuentro con el mandatario, también se analizó la posibilidad de sugerir los nombres de los liberales Miguel Abdón Saguier y Mirtha Vergara como candidatos a embajadores de Brasil y Uruguay, respectivamente. En ese contexto se buscará cambiar la estrategia estableciendo alianzas con los sectores con representación parlamentaria.

“Se está viendo una política de mejorar la situación dentro de la Alianza, de buscar acordar con todos los sectores. Pero hay que estudiar un poco más para ver acuerdos completos y así ir cerrando. Algunas cosas se pueden lograr para fin de año”, afirmó.

Según el diputado, en esta ocasión no se abordaron los temas referentes al espionaje impulsado por el gobierno de los Estados Unidos. Tampoco se evaluó quién será el elegido dentro de la terna para la Fiscalía General del Estado, aunque extraoficialmente se baraja que el viceministro del Interior, Carmelo Caballero, es el más aceptado.

Por otro lado, en la reunión se informó que finalmente se zanjó el conflicto entre la ministra de Salud Esperanza Martínez y el doctor Félix Ayala, quien finalmente aceptó el cargo de superintendente de Salud, tras dejar la dirección del Hospital Nacional de Itauguá.

Uruguay – El País

Parlasur: discuten criterio para elegir legisladores

El Parlamento del Mercosur discutió ayer en Montevideo los criterios de proporcionalidad atenuada a los efectos de determinar la cantidad de legisladores que representarán a cada país. Los cancilleres habían alcanzado el 18 de octubre en Montevideo un acuerdo político para la representación proporcional en el parlamento del bloque.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

España – EFE

En claroscuro sigue pintándose el panorama de la integración latinoamericana

Latinoamérica llega a la XX Cumbre Iberoamericana con tres importantes conflictos bilaterales desactivados, pero sin haber resuelto la reinserción de Honduras en la región y con nuevos focos de tensión en Centroamérica.

En 2010 Argentina y Uruguay han sido capaces de salvar sus diferencias, al igual que Colombia con Venezuela y con Ecuador, pero Costa Rica y Nicaragua han tomado el relevo y escrito un nuevo capítulo en la fecunda historia de problemas entre vecinos latinoamericanos, algunos latentes desde hace más de un siglo.

Además, Honduras sigue siendo una piedra en el zapato de la integración por la negativa de los países "bolivarianos", reunidos en torno a Venezuela, a aceptar al Gobierno de Porfirio Lobo, elegido en las urnas en 2009, solo meses después del golpe contra Manuel Zelaya, que como jefe de Estado sumó a su país a ese grupo.

Lobo no ha sido invitado a esta cumbre que se celebra los días 3 y 4 de diciembre en Mar del Plata (Argentina), pues su país sigue suspendido en la Organización de Estados Americanos (OEA) debido al golpe del 28 de junio de 2009.

Los dos países rioplatenses sí han dejado atrás un conflicto de siete años abierto por el supuesto efecto contaminante de una planta de celulosa instalada en Uruguay a orillas de un río del que Argentina también es ribereña, un conflicto que afectó a las comunicaciones por tierra entre ambas naciones y llegó hasta la Corte Internacional de Justicia (CIJ) de La Haya.

Colombia y Venezuela han abierto desde agosto una nueva etapa en sus relaciones, que han atravesado en el último año momentos de alta tensión por el presunto refugio de guerrilleros del primer país en territorio venezolano y los acuerdos militares suscritos por el ahora ex presidente colombiano Álvaro Uribe con EE.UU.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

El traspaso del poder en Colombia, de Uribe a Juan Manuel Santos, fue lo que posibilitó la reconciliación con el presidente de Venezuela, Hugo Chávez.

En el caso de Argentina-Uruguay la "paz" solo se logró una vez que cambiaron los titulares de ambos gobiernos: Néstor Kirchner (fallecido en octubre) por su esposa Cristina Fernández y Tabaré Vázquez por su compañero en el Frente Amplio José Mujica.

Santos, que como candidato era presentado como el delfín de Uribe, ha logrado además restablecer las relaciones con Ecuador, como culminación de un proceso de normalización iniciado durante el Gobierno uribista.

El anuncio de la vuelta de los respectivos embajadores a Quito y Bogotá se hizo el 26 de noviembre en Georgetown, la capital de Guyana, durante una cumbre de la Unión de Naciones Suramericanas.

Las relaciones diplomáticas estaban rotas desde marzo de 2008 a consecuencia de una operación militar colombiana contra un campamento guerrillero en Ecuador que causó 26 muertos.

La tensión se ha trasladado, sin embargo, a Centroamérica, donde Costa Rica, un país sin Ejército, y Nicaragua se han enzarzado en un conflicto de límites por una isla cercana al río San Juan, con denuncias costarricenses de una invasión nicaragüense de su territorio, negadas por el otro país.

El caso ha llegado a la OEA, donde no ha habido resultados, y el Gobierno de Costa Rica lo ha elevado también a la CIJ, donde ya se dirimió un problema bilateral por el río San Juan con un resultado favorable a Nicaragua.

Otro Gobierno que ha recurrido a la CIJ es el peruano, que pretende que el tribunal establezca los límites marítimos entre Perú y Chile, por no estar de acuerdo con la forma en que se hizo la delimitación en los años 50.

Curiosamente esta demanda no ha enturbiado casi las relaciones bilaterales y los presidentes de ambos países acaban de comprometerse en Lima a intensificar su integración en materia económica, entre otros ámbitos.

30 de Noviembre de 2010 / 30 de Novembro de 2010

El conflicto entre Chile y Bolivia a causa de una zona costera del Pacífico, que fue boliviana pero pasó a ser chilena a fines del siglo XIX debido a una guerra, es de los más antiguos pero hoy está encauzado mediante una agenda de negociación bilateral.

Bolivia mantiene su reclamo de una salida soberana al mar y a falta de resultados concretos en su diálogo con Chile ha logrado de Perú, su antiguo aliado en la guerra de 1879-1883, que le renueve por 99 años las facilidades portuarias y de libre tránsito para sus exportaciones por Ilo, un puerto sobre el Pacífico donde además le ha cedido 3.000 metros cuadrados para un anexo de la Escuela Naval.

Con estas luces y sombras la integración latinoamericana es un proceso que sigue adelante pero no logra su plena consolidación.

La Comunidad Andina languidece, el Sistema de Integración Centroamericana (SICA) ve trabada su marcha por problemas como el enfrentamiento entre Costa Rica y Nicaragua y el Mercosur trata una vez más de salir de estancamiento.

En este panorama, solo la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur), creada en 2008 y centrada más en la integración política que comercial o económica, parece tener pujanza.

La Unasur ha logrado reducir la tensión política en Bolivia en 2008, acercar a Venezuela y Colombia, y lograr posturas comunes ante el golpe en Honduras y la reciente sublevación policial en Ecuador.

En su cumbre en Guyana (26 de noviembre) la Unasur abogó por más integración y aprobó una cláusula democrática para arrinconar a quienes tengan intenciones golpistas.